

CIM CÁVADO

PLANO DE AÇÃO ITI CIM CÁVADO 2021-2027

Assembleia Intermunicipal da CIM do Cávado
29 de novembro de 2022

Da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
(CÁVADO 2030, aprovada em 2021)
à abordagem territorial no quadro do PT 2030
(Investimento Territorial Integrado ITI CIM Cávado 2021-2027)

Ou seja,
de um “plano estratégico” (de âmbito abrangente, focado no modelo de desenvolvimento integrado da NUTS III) a um “plano de ação” (que é a base da contratualização da gestão pela CIM no quadro do Programa Regional Norte 2030 para um conjunto definido de tipologias de intervenção)

- A EIDT também define objetivos e linhas de ação para outros domínios de ação (competitividade-inovação, desenvolvimento rural, mar, etc.), mas este exercício foca-se no ITI CIM.
- A partir da reflexão conjunta sobre as prioridades dentro dos domínios de ação definidos no Acordo de Parceria e no Programa Regional Norte, pretendemos dotar a CIM de informação que lhe permita “negociar” um ITI em linha com a sua estratégia.
- Este ITI integra, grosso modo, as tipologias que, no PO2020, estavam incluídas no PDCT, nos PEDU, PARU, PAMUS, SI2E, no POSEUR – água e resíduos...).

- 4 Programas Temáticos:
 - Programa Demografia, Qualificações e Inclusão – FSE+.
 - Programa Inovação e Transição Digital - FEDER e FSE+.
 - Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade – FC.
 - Programa Mar – FEAMPA.
- 5 + 2 Programas Regionais:
 - **Norte**, Centro, Alentejo, Algarve e Programa Lisboa
 - Açores e Madeira
- Programa Assistência Técnica
- + diversos programas europeus da Política de Coesão (destaque para a cooperação territorial – Interreg)

Fora do PT 2030, mas profundamente articulado, fica o PEPAC, que incluirá os anteriores DLBC Rurais em versão monofundo (FEADER).

Objetivos de Política	Eixos Prioritários	FEDER (M€)	FSE+ (M€)	FTJ (M€)	Total do EP (M€)
1	EP1A. Norte mais Competitivo	950			950 (28,0%)
	EP1B. Norte mais Competitivo e Conetividade Digital	50			50 (1,5%)
2	EP2A. Norte mais Verde e Hipocarbónico	853			853 (25,1%)
	EP2B. Norte mais Verde e Hipocarbónico e Mobilidade Sustentável	60			60 (1,8%)
3	EP3A. Norte mais Conectado	95			95 (2,8%)
4	EP4A. Norte mais Social	200	301		501 (15,8%)
5	EP5A. Norte mais Próximo dos Cidadãos	765			765 (22,5%)
NA	EP6A. Norte Neutro em Carbono e Transição Justa			60	60 (1,8%)
NA	EP7A. Assistência Técnica		61		61 (1,8%)
Total do Programa Regional do Norte 2021-27 (NORTE 2030)		2.973	362	60	3.395

OE 5.1.

Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas **zonas urbanas** → **ITI CIM** (+ ITI AM Porto + ITI Redes Urbanas)

OE 5.2.

Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas **zonas não urbanas** → EEC PROVERE

Integra 3 eixos:

- Eixo 1: Serviços de Interesse Geral (+/- ex-PDCT + ciclo urbano da água e resíduos em baixa; para todo o território).
- Eixo 2: Sistema Urbano Policêntrico (substitui PEDU; só para Centros Urbanos regionais e estruturantes; Braga e Barcelos?).
- Eixo 3: Ativos Territoriais (... uma miscelânea de temáticas...). Inclui o que eram os PARU (só para centros urbanos não-Eixo 2) e SI2E.

A gestão caberá à CIM, como “organismo intermédio”. Para assumir esse papel, é exigido um plano de ação que defina linhas de intervenção, dotações financeiras, metas e um sistema de monitorização.

- infraestruturas de educação
- infraestruturas de cuidados de saúde primários
- equipamentos sociais
- mobilidade a pedido e transporte flexível (alinhada com a provisão de SIG);
- administração local mais próxima dos cidadãos e das empresas (OP1);
- ciclo urbano da água – abastecimento em baixa (OP2);
- gestão de resíduos (subinvestimentos em baixa) – quando o sistema seja coincidente com delimitação administrativa NUTSIII (OP2);
- promoção do sucesso educativo (OP4 FSE+)
- intervenções no domínio da requalificação e modernização de equipamentos desportivos para reforço da coesão social
- habitação social e a custos acessíveis
- proteção civil (OP2)
- participação ativa e inovação social (OP4 FSE+);
- competências e qualificações na administração regional e local (OP4 FSE+)
- eficiência energética na administração pública, nas IPSS e na habitação social (OP2);

- mobilidade urbana e intermunicipal multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia neutra em carbono, nomeadamente através de (OP2)
- cidades digitais (OP1/5)
- valorização ambiental e paisagística de corredores verdes em contexto urbano (OP2)
- intervenções que promovam a mitigação e adaptação climática (OP2);
- reabilitação e regeneração urbanas
- autoconsumo e comunidades de energia renovável (OP2)
- promoção e dinamização de ecossistemas de inovação (OP1/OP5)

- sistema de incentivos às empresas de base territorial (OP1)
- sistema de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego (OP4 FSE+)
- infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade (OP1)
- refuncionalização de equipamentos coletivos para a valorização dos ativos territoriais [só CU complementares].
- qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão [só CU Complementares].
- valorização cultural e do património (histórico e natural) e da qualificação da oferta para o reforço do papel da cultura e afirmação da identidade
- património cultural e museus
- conservação da natureza e da biodiversidade e património natural municipal (OP2)
- estruturação de produtos turísticos com vista à criação de destinos turísticos de dimensão sub-regional e local
- intervenções de cooperação transfronteiriça alinhadas com a estratégia comum de desenvolvimento transfronteiriço
- assistência empresarial, dinamização de ecossistemas inovadores e promoção de atratividades territorial (OP1).

- Trabalho interno nos Municípios (eventualmente chamando alguns parceiros, como IPSS) para identificar projetos e prioridades nos diversos domínios.
- Solicita-se o contributo dos membros desta Assembleia Intermunicipal para identificação de projetos enquadráveis no ITI:
 - Designação
 - Promotor
 - Custo Indicativo
 - Ano de início
- A CIM organizará a informação e fará uma síntese, com cenários financeiros.
- O Plano de Ação será apresentado aos Municípios, para aprovação.
- Após essa aprovação, inicia-se a negociação com a CCDR Norte para contratualização.